

**DEMONSTRAÇÕES**  
**CONTÁBEIS**  
INTERMEDIÁRIAS

*2º Trimestre/2022*



## SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE .....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC .....	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	8
NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS .....	10
NOTA 4 RECEITAS E DESPESAS - EXCETO TRIBUTOS..	10
NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	14
NOTA 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO .....	15
NOTA 7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
NOTA 8 CONTAS NACIONAIS.....	16
NOTA 9 CONTAS INTERNACIONAIS .....	18
NOTA 10 ESTOQUES .....	19
NOTA 11 FORNECEDORES.....	19
NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	19
NOTA 13 TRIBUTOS .....	23
NOTA 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES..	26
NOTA 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	28
NOTA 16 RECEITAS A APROPRIAR .....	28
NOTA 17 ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS.....	29
NOTA 18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS.....	29
NOTA 19 INVESTIMENTOS .....	30
NOTA 20 IMOBILIZADO .....	30
NOTA 21 INTANGÍVEL .....	31
NOTA 22 DIVIDENDOS A PAGAR .....	31
NOTA 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	31
NOTA 24 PARTES RELACIONADAS .....	33
NOTA 25 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	34
NOTA 26 EVENTOS SUBSEQUENTES .....	34



## BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03			
ATIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.785.033</b>	<b>3.922.883</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	2.463.774	914.256
Títulos e valores mobiliários	<u>7</u>	42.616	20.104
Contas a receber		1.838.679	2.687.840
Contas a receber nacionais	8.1	1.604.012	2.066.868
Contas a receber internacionais	9.1	234.667	620.972
Estoques	<u>10</u>	58.574	53.466
Outros valores e bens		381.390	247.217
Convênio Postal Saúde	12.1.5.1	492	537
Adiantamento de Pessoal	12.1.4	122.551	57.125
Impostos e encargos sociais a compensar	13.4	212.922	152.589
Cobrança jurídica/inadimplência	8.2	7.298	6.915
Outros débitos	18.1	38.127	30.051
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>13.416.564</b>	<b>13.790.969</b>
Realizável a longo prazo		5.195.197	5.574.295
Contas a receber internacionais	9.1	545.783	478.424
Aplicações financeiras	<u>6</u>	2.226.215	2.731.819
Tributos diferidos	13.3.1	939.125	935.059
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	14.4	116.310	104.853
Tributos a compensar	13.1	1.356.307	1.317.798
Outros	18.1	11.457	6.342
Investimentos		1.335.872	1.414.768
Propriedades para investimentos	19.1	1.334.817	1.413.709
Museu	19.2	1.055	1.059
Imobilizado	<u>20</u>	6.858.812	6.775.299
Imóveis		3.741.466	3.659.930
Móveis		1.613.741	1.564.629
Imóveis - arrendamento		1.498.839	1.548.425
Móveis - arrendamento		4.766	2.315
Intangível	<u>21</u>	26.683	26.607
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>18.201.597</b>	<b>17.713.852</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2022	31/12/2021	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.743.022</b>	<b>4.958.545</b>	
Fornecedores	<u>11</u>	954.921	1.131.044	
Salários e consignações	12.1.1	1.234.720	1.066.450	
Encargos sociais	12.1.2	205.757	371.629	
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA	12.1.3	87.342	62.676	
Impostos e contribuições	13.5	184.308	271.705	
Arrecadações e recebimentos	<u>17</u>	60.378	45.608	
Receitas a apropriar	<u>16</u>	143.258	281.105	
Contas a pagar internacionais	9.2	8.847	6.511	
Precatórios e RPVs	14.3	221.481	218.405	
Empréstimos e financiamentos	<u>15</u>	525.112	154.355	
Benefício pós-emprego	12.3	247.102	265.271	
Convênio Postal Saúde	12.1.5.2	144.764	133.050	
Obrigações trabalhistas - IFD	12.2.1	316.399	296.606	
Arrendamento	20.1.2	331.239	323.440	
Instrumentos Financeiros - Derivativos	7.2	-	8.610	
Dividendos a pagar	<u>22</u>	-	250.705	
Outros créditos	18.2	77.394	71.375	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.800.774</b>	<b>10.505.898</b>	
Contas a pagar internacionais	9.2	48.523	49.194	
Benefício pós-emprego	12.3	7.071.428	6.901.105	
Tributos diferidos	13.3.2	427.334	423.985	
Precatórios e RPVs	14.3	153.038	18.927	
Obrigações trabalhistas - IFD	12.2.1	815.952	883.154	
Arrendamento	20.1.2	1.322.946	1.357.283	
Provisões para contingências	14.1	961.312	871.962	
Outros	18.2	241	288	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.657.801</b>	<b>2.249.409</b>	
Capital social	23.1	3.403.458	3.403.458	
Reservas de lucro	23.2	971.241	1.192.241	
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	23.3	3.375.607	3.391.051	
Outros Resultados Abrangentes - ORA	23.4	(5.715.494)	(5.737.341)	
Lucros acumulados		622.989	-	
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>18.201.597</b>	<b>17.713.852</b>	



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE

CNPJ 34.028.316/0001-03	Nota	2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	4.1	<b>4.997.957</b>	<b>5.086.751</b>	<b>9.964.911</b>	<b>9.928.463</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.2	(3.961.787)	(3.745.783)	(7.988.527)	(7.605.612)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.036.170</b>	<b>1.340.968</b>	<b>1.976.384</b>	<b>2.322.851</b>
Despesas com vendas/serviços	4.2.4	(27.113)	(17.657)	(51.156)	(40.945)
Despesas gerais e administrativas	4.4	(920.385)	(675.680)	(1.677.430)	(1.494.458)
Outras receitas operacionais	4.5	132.806	184.140	251.902	297.265
Outras despesas operacionais	4.6	(1.930)	(718)	(5.754)	(2.548)
<b>Lucro líquido antes do resultado financeiro</b>		<b>219.548</b>	<b>831.053</b>	<b>493.946</b>	<b>1.082.165</b>
Receitas financeiras	4.7	280.841	75.552	545.918	228.824
Despesas financeiras	4.8	(309.483)	(344.582)	(616.778)	(427.435)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(28.642)</b>	<b>(269.030)</b>	<b>(70.860)</b>	<b>(198.611)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>190.906</b>	<b>562.023</b>	<b>423.086</b>	<b>883.554</b>
Tributos sobre o lucro	13.2.1	(23.477)	(40.476)	(38.886)	(75.091)
Tributos correntes		(27.806)	(34.067)	(40.321)	(57.010)
Tributos diferidos		4.329	(6.409)	1.435	(18.081)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>167.429</b>	<b>521.547</b>	<b>384.200</b>	<b>808.463</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

CNPJ 34.028.316/0001-03	2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>	167.429	521.547	384.200	808.463
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(428)	(844)	(1.377)	(1.688)
Remensuração de obrigações de benefício pós-emprego	(428)	(844)	(857)	(1.688)
Ganho/realização de ganho a valor justo – propriedade para investimento	-	-	(571)	-
CSLL diferida	-	-	51	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	22.422	(225)	23.224	(1.381)
Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo	24.639	(247)	25.520	(1.517)
CSLL diferida	(2.217)	22	(2.296)	136
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>189.423</b>	<b>520.478</b>	<b>406.047</b>	<b>805.394</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CNPJ 34.028.316/0001-03	CAPITAL	ADIANT. P/ FUT. AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESERVA DE LUCROS				RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA ESTATUTÁRIA				
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>3.382.514</b>	<b>20.944</b>	-	-	-	-	<b>(859.182)</b>	<b>(4.935.749)</b>	<b>3.341.213</b>	<b>949.740</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	808.463	-	-	808.463
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(1.688)	-	(1.688)
Ganhos/(perdas) em invest. - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	(1.517)	-	(1.517)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	136	-	136
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	7.150	-	(7.150)	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	402	402
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	608	608
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>3.382.514</b>	<b>20.944</b>	-	-	-	-	<b>(43.569)</b>	<b>(4.938.818)</b>	<b>3.335.073</b>	<b>1.756.144</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>3.403.458</b>	-	<b>72.147</b>	<b>564.085</b>	<b>367.980</b>	<b>188.029</b>	-	<b>(5.737.341)</b>	<b>3.391.051</b>	<b>2.249.409</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	384.200	-	-	384.200
Utilização de reservas	-	-	-	-	(221.000)	-	221.000	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(857)	-	(857)
Ganhos/(perdas) em invest. - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	25.520	-	25.520
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	(2.296)	-	(2.296)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	17.789	-	(17.789)	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	818	818
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	1.527	1.527
Ganho/realização de ganho valor justo – Prop. Investimento	-	-	-	-	-	-	-	(571)	-	(571)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	51	-	51
<b>Saldo em 30/06/2022</b>	<b>3.403.458</b>	-	<b>72.147</b>	<b>564.085</b>	<b>146.980</b>	<b>188.029</b>	<b>622.989</b>	<b>(5.715.494)</b>	<b>3.375.607</b>	<b>2.657.801</b>



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

CNPJ 34.028.316/0001-03	30/06/2022	30/06/2021 Reclassificado
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro do período	384.200	808.463
Itens que não afetam o caixa	326.671	203.978
Depreciação e amortização	249.272	245.631
Provisões	263.954	121.848
Despesas de variação patrimonial e perdas	19.561	4.895
Receita de variação patrimonial	(128.490)	(120.053)
Atualização de créditos tributários – Imunidade tributária e Banco Postal	(37.004)	(9.599)
Resultado da alienação de bens	(3.061)	(791)
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	(3.211)	-
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	(34.350)	(37.953)
Mutações patrimoniais	<b>604.726</b>	<b>546.621</b>
Contas a receber (circulante e não circulante)	781.802	(65.282)
Estoques	(5.108)	(5.471)
Outros valores e bens	(5.683)	(9.903)
Arrendamento (ativos e passivos)	80.521	77.126
Realizável a longo prazo (exceto contas a receber e aplicações)	(22.142)	108.752
Fornecedores	(176.123)	(184.614)
Salários e consignações	168.270	75.692
Encargos sociais	(165.872)	5.304
Impostos e contribuições	(87.397)	(17.301)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD/PDI (nota 12.2)	(47.409)	495.032
Precatórios (circulante e não circulante)	137.187	61.133
Convênio Postal Saúde (passivo)	11.714	(18.751)
Outras obrigações	(65.034)	24.904
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>1.315.597</b>	<b>1.559.062</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras (ativo não circulante)	508.832	(1.507.985)
Adições - imobilizado	(193.849)	(78.572)
Adições - intangível	(7.117)	(7.939)
Adições - propriedades para investimento	(3.211)	-
Baixas - imobilizado	18.142	20.852
Baixas - propriedades para investimento	6.200	1.175
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	328.997	(1.572.469)
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	500.000	250.000
Transferências para a União	(250.705)	
Empréstimos e financiamentos - Principal	(156.250)	(177.083)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(10.922)	(11.965)
Arrendamento - Principal	(116.338)	(113.347)
Arrendamento - Juros	(60.861)	(56.519)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(95.076)	(108.914)
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.549.518</b>	<b>(122.321)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	914.256	572.954
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.463.774	450.633

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

CNPJ 34.028.316/0001-03	30/06/2022	30/06/2021
<b>Geração do valor adicionado</b>		
1. Receitas	10.542.864	10.575.244
Receitas operacionais	10.311.675	10.293.327
(Perda)/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(20.713)	(15.348)
Outras receitas operacionais	251.902	297.265
2. Insumos adquiridos de terceiros	(3.675.601)	(3.172.526)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(3.325.946)	(2.893.777)
Serviços adquiridos de terceiros	(5.509)	(7.088)
Provisões diversas	(343.746)	(271.661)
3. Valor adicionado bruto (1 + 2)	6.867.263	7.402.718
4. Retenções	(249.272)	(245.631)
Depreciação/amortização	(249.272)	(245.631)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	6.617.991	7.157.087
6. Valor adicionado recebido em transferência	545.918	228.824
Receitas financeiras	545.918	228.824
Valor adicionado a distribuir	7.163.909	7.385.911
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
7. Pessoal e encargos	4.706.437	4.904.572
Salários, honorários e benefícios	4.400.562	4.636.126
Encargos sociais	305.875	268.446
8. Impostos, taxas e contribuições	1.171.988	1.098.993
INSS	758.355	660.600
Impostos e contribuições (exceto CSLL)	373.312	381.383
Contribuição social (tributo corrente)	40.321	57.010
9. Remuneração do capital de terceiros	901.284	573.883
Aluguéis, juros, variação cambial	629.464	431.582
Outras remunerações a terceiros	271.820	142.301
10. Remuneração de capital próprio	384.200	808.463
Lucro/reserva retidos	384.200	808.463
Total do valor distribuído	7.163.909	7.385.911





## NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

### 1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

No campo social, os Correios atuam como agente da integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente dos serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

Desde a criação do Correio-mor em 1663 ainda no período colonial, os Correios estão presentes na vida dos brasileiros. A sua capilaridade e o perfil dos colaboradores nativos de cada região, permite entender e atender as necessidades das pessoas, desde os grandes centros urbanos até as que vivem nas localidades mais longínquas do território nacional. Adequando-se às demandas de consumo da sociedade e às novas formas de se fazer comércio, oferecem serviços socialmente responsáveis para o desenvolvimento de todas as regiões do país, indistintamente.

## NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias compreendem as informações trimestrais elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.174/2009 (CPC 21 – R1) e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009) e as normas e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade às disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em **18 de agosto de 2022**, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente o sócio tem o poder de alterá-las, contudo, os conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

### 2.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração dos Correios não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### 2.3. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações de 2021.

### NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS

Os Correios, visando garantir maior aderência as informações divulgadas na demonstração do fluxo de caixa, efetuou a reclassificação das informações anteriormente consolidadas em grupos diversos aos atuais, conforme detalhado abaixo.

#### 3.1. Impactos das reclassificações na Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC	Nota	30/06/2021 (Publicado)	RECLASSIFICAÇÃO	30/06/2021 (Reclassificado)
Contas a receber	3.1.1	(15.921)	(49.361)	(65.282)
Fornecedores	3.1.2	(165.877)	(18.737)	(184.614)
Encargos sociais	3.1.2	(13.433)	18.737	(5.304)
Outras	3.1.1	(24.457)	49.361	24.904

##### 3.1.1. Contas a receber

Face a existência de créditos a conceder a clientes em valores superiores aos débitos gerados no período, efetuou-se a reclassificação dos créditos a serem compensados nos próximos meses da conta de serviço a faturar para receitas a apropriar.

##### 3.1.2. Fornecedores e encargos sociais

Para melhor representação do efeito das transações efetuou-se reclassificação dos valores pendentes de pagamento ao Postalís, da rubrica de fornecedores para encargos sociais.

### NOTA 4 RECEITAS E DESPESAS - EXCETO TRIBUTOS

#### 4.1. Receita líquida de vendas e serviços

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
Receita bruta de vendas e serviços	5.173.725	5.280.132	10.321.125	10.302.036
(-) Deduções	(175.768)	(193.381)	(356.214)	(373.573)
(-) Impostos	(171.881)	(188.940)	(346.764)	(364.864)
(-) Descontos incondicionais	(3.830)	(4.363)	(7.466)	(8.372)
(-) Receitas canceladas	(57)	(78)	(1.984)	(337)
<b>TOTAL</b>	<b>4.997.957</b>	<b>5.086.751</b>	<b>9.964.911</b>	<b>9.928.463</b>

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	2º TRIM./2022	PART. (%)	2º TRIM./2021	PART. (%)	30/06/2022	PART. (%)	30/06/2021	PART. (%)
Encomenda	2.705.886	52,3%	3.143.800	59,5%	5.564.962	53,9%	5.874.529	57,0%
Mensagem	1.216.529	23,5%	1.353.661	25,6%	2.518.454	24,4%	2.789.384	27,1%
Internacional	867.224	16,8%	493.414	9,3%	1.546.211	15,0%	1.003.839	9,7%
Logística	101.871	2,0%	57.030	1,1%	187.938	1,8%	174.193	1,7%
Marketing	82.220	1,6%	92.404	1,8%	168.893	1,6%	186.941	1,8%
Malote	65.894	1,3%	64.945	1,3%	127.978	1,2%	132.107	1,3%
Conveniência	49.413	1,0%	50.145	0,9%	98.028	0,9%	99.308	1,0%
Outros	84.688	1,5%	24.733	0,4%	108.661	1,2%	41.735	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>5.173.725</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.280.132</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.321.125</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.302.036</b>	<b>100,0%</b>

RECEITAS DE MONOPÓLIO E CONCORRENCIAL	2º TRIM./2022	PART. (%)	2º TRIM./2021	PART. (%)	30/06/2022	PART. (%)	30/06/2021	PART. (%)
Monopólio	1.234.087	23,9%	1.335.495	25,3%	2.488.423	24,1%	2.740.129	26,6%
Concorrencial	3.939.638	76,1%	3.944.637	74,7%	7.832.702	75,9%	7.561.907	73,4%
<b>TOTAL</b>	<b>5.173.725</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.280.132</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.321.125</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.302.036</b>	<b>100,0%</b>

#### 4.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal		(2.120.260)	(2.120.639)	(4.438.260)	(4.499.116)
Salários, encargos e benefícios	4.2.1	(1.890.224)	(1.693.359)	(3.801.214)	(3.411.391)
Saúde	4.2.2	(229.889)	(262.851)	(636.592)	(496.843)
Incentivo Financeiro – PDV e PDI	4.2.3	(147)	(164.429)	(454)	(590.882)
Remuneração de AGF		(505.998)	(555.798)	(1.020.265)	(1.052.527)
Transporte de malas e malotes		(579.741)	(461.111)	(1.119.351)	(900.123)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas		(374.777)	(292.676)	(681.934)	(542.055)
Depreciação e amortização		(114.678)	(107.702)	(231.437)	(216.360)
Bens de direito de uso – CPC 06(R2)		(58.681)	(56.241)	(116.338)	(113.347)
Demais bens		(55.997)	(51.461)	(115.099)	(103.013)
Material e produtos	4.2.4	(109.123)	(69.921)	(195.238)	(122.167)
Utilidades		(80.566)	(89.665)	(165.541)	(170.237)
Aluguéis	4.2.5	(51.009)	(23.351)	(85.746)	(52.460)
Internacionais		(17.505)	(18.818)	(31.325)	(35.133)
Impostos, taxas e contribuições		(8.130)	(6.102)	(19.430)	(15.434)
<b>TOTAL</b>		<b>(3.961.787)</b>	<b>(3.745.783)</b>	<b>(7.988.527)</b>	<b>(7.605.612)</b>

#### 4.2.1. Salários, encargos e benefícios

O acréscimo nesta rubrica deve-se, principalmente, ao reajuste de 9,75% sobre a remuneração dos empregados a partir de agosto de 2021.

#### 4.2.2. Saúde

A elevação dessa despesa até junho de 2022 deve-se, principalmente, às ações adotadas junto a Postal Saúde, para alteração da condição jurídica dos Correios de mantenedor/patrocinador para somente patrocinador do plano de saúde. Assim, para dar andamento às formalidades da pretensa alteração na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), após aprovação do novo Estatuto Social da Postal Saúde, efetuou-se o repasse inicial de R\$ 221.000 à Operadora para cobertura das garantias financeiras exigidas nessa nova modelagem.

#### 4.2.3. Incentivo Financeiro - PDV e PDI

A variação nesta rubrica, deve-se ao reconhecimento, em fevereiro de 2021, da despesa referente ao incentivo financeiro a ser pago nos próximos 5 anos aos empregados que aderiram ao primeiro ciclo do Plano de Desligamento Incentivado - PDI ofertado pela Empresa, conforme disposto na nota 12.2. Ressalta-se que, no 2º trimestre/2022, houve o desligamento remanescente de empregados referente ao PDI de 2021, em virtude de decisões judiciais, ensejando o reconhecimento adicional de despesa neste exercício.

#### 4.2.4. Material e produtos

A elevação dessa despesa deve-se, principalmente, a materiais de consumo utilizados nas operações e também a despesa a reajustes nos preços dos combustíveis.

#### 4.2.5. Aluguéis

O acréscimo nessa rubrica deve-se ao reajustes contratuais de locação de imóveis.

### 4.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS		2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração de unidades terceirizadas		(12.329)	(12.486)	(23.750)	(24.881)
Provisão de perdas		(7.074)	(4.536)	(17.641)	(15.316)
Perdas	4.3.1	(2.673)	(1)	(4.056)	(42)
Outros	4.3.2	(5.037)	(634)	(5.709)	(706)
<b>TOTAL</b>		<b>(27.113)</b>	<b>(17.657)</b>	<b>(51.156)</b>	<b>(40.945)</b>

#### 4.3.1. Perdas

O aumento na despesa em relação ao período anterior refere-se, principalmente, ao desreconhecimento do direito a receber da rede terceirizada face a baixa expectativa de retorno de benefícios econômicos futuros para a empresa.

#### 4.3.2. Outros

Corresponde, principalmente, ao incentivo às vendas devido/pago aos empregados e às despesas com propaganda e publicidade.

#### 4.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal	(528.589)	(490.198)	(1.028.544)	(1.066.366)
Salários, encargos e benefícios	(528.581)	(463.221)	(1.028.536)	(935.392)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD	4.4.1 (8)	(26.977)	(8)	(130.974)
Precatórios e RPVs	(180.259)	(64.655)	(264.622)	(138.968)
Pós-emprego	(76.116)	(61.254)	(152.154)	(117.012)
Contingências	(33.048)	(46.365)	(89.350)	(112.820)
Constituição de provisão para perdas	4.4.2 (78.490)	2.291	(82.083)	(23.779)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA	4.4.3 (10.755)	-	(24.666)	-
Depreciação/amortização	(9.154)	(13.645)	(17.835)	(29.271)
Variações patrimoniais e perdas	4.4.4 (2.243)	(1.063)	(15.505)	(4.853)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas	(1.523)	(600)	(2.388)	(1.028)
Impostos, taxas e contribuições	(172)	(179)	(243)	(337)
Acordo judicial	(36)	(12)	(40)	(24)
<b>TOTAL</b>	<b>(920.385)</b>	<b>(675.680)</b>	<b>(1.677.430)</b>	<b>(1.494.458)</b>

##### 4.4.1. Incentivo Financeiro – PDI e PDV

A variação nesta rubrica, deve-se ao reconhecimento, em fevereiro de 2021, da despesa referente ao incentivo financeiro a ser pago nos próximos 5 anos aos empregados que aderiram ao primeiro ciclo do Plano de Desligamento Incentivado - PDI ofertado pela Empresa, conforme disposto na nota 12.2.

##### 4.4.2. Constituição de provisões para perdas

O acréscimo na despesa acumulada deve-se à perda esperada sobre de valores a receber de ex-empregados.

##### 4.4.3. Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA

Em 2022, houve o reconhecimento da provisão de PLR e da Remuneração Variável Anual de Dirigentes-RVA, em razão dos resultados positivos e da completa absorção de prejuízos acumulados no exercício anterior.

##### 4.4.4. Variações patrimoniais e perdas

O acréscimo nesta rubrica deve-se, principalmente, ao desconhecimento de créditos tributários face a baixa expectativa de retorno de benefícios econômicos futuros para a empresa.

#### 4.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas recuperadas	83.863	77.641	94.561	97.105
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	4.5.3 -	-	74.980	-
Multas aplicadas a fornecedores	15.387	5.168	31.222	22.285
Multas aplicadas a clientes	6.679	5.965	11.328	11.796
Taxa mensal de franquia – AGF	5.054	5.574	10.234	10.584
Taxa inicial de franquia - AGF	6.679	430	6.702	1.272
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis	4.535	1.423	6.010	2.426
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento	4.5.1 3.089	-	3.211	-
Outras reversões de provisões	2.143	7	2.143	7
Reversão - provisão de benefício pós-emprego	4.5.2 429	89.770	858	165.160
Recuperação de perda - REFIS	33	50	55	263
(-) Receitas canceladas	(3.285)	(4.349)	(9.361)	(23.820)
Outros	8.200	2.461	19.959	10.187
<b>TOTAL</b>	<b>132.806</b>	<b>184.140</b>	<b>251.902</b>	<b>297.265</b>

#### 4.5.1. Ganho a valor justo - propriedades para investimento

Refere-se aos ganhos estimados com base no valor justo nos laudos de avaliação de imóveis classificados como propriedades para investimento.

#### 4.5.2. Reversão - provisão de benefício pós-emprego

A variação nesta rubrica, deve-se, principalmente, a realização parcial da provisão de benefício pós-emprego saúde, referente a manutenção do benefício aos aposentados até julho de 2021, passando estes, a partir de agosto de 2021, a assumirem o pagamento integral dos custos com saúde, em conformidade ao disposto no regulamento do plano de saúde em referência ao que disciplina a Lei 9656/1998.

Em 2022, sem os efeitos do pós-emprego saúde, a rubrica foi afetada somente pela reclassificação efetuada para outros resultados abrangentes - ORA de 6/12 avos da receita projetada no cálculo atuarial do Postalprev. Esta reclassificação deve-se ao *superavit* apurado para o plano não atingir o teto disposto na legislação para o reconhecimento de um ativo atuarial, com redução ou paralisação dos pagamentos mensais efetuados ao Postalis, em conformidade ao plano de custeio vigente. Assim, os pagamentos efetuados no período, são reclassificados para o ORA, por não se tratar de despesa do exercício.

#### 4.5.3. Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD

Corresponde à reversão das perdas esperadas de créditos das administrações postais, ocorrida em virtude da revisão dos percentuais de perda esperada para o exercício e à redução do saldo das contas a receber internacionais no período.

#### 4.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
Prejuízos na alienação de bens	(1.930)	(718)	(5.754)	(2.548)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.930)</b>	<b>(718)</b>	<b>(5.754)</b>	<b>(2.548)</b>

#### 4.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS		2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
Rentabilidade de aplicações financeiras	4.7.2	121.874	17.586	273.236	19.939
Ganho - valor justo - <i>hedge</i>	4.7.3	42.480	37.953	116.873	37.953
Variação cambial	4.7.1	82.025	5.886	92.728	141.544
Receita de juros	4.7.4	24.613	7.406	43.584	11.049
Pagamento a valor presente		6.414	2.980	12.278	6.055
Variação monetária		3.152	3.418	6.548	10.662
Receitas de descontos		239	213	565	1.472
Outras		44	110	106	150
<b>TOTAL</b>		<b>280.841</b>	<b>75.552</b>	<b>545.918</b>	<b>228.824</b>

##### 4.7.1. Receita de variação cambial

Esta rubrica reflete, principalmente, os efeitos da oscilação na cotação do Direito Especial de Saque (DES) – que é uma cesta de moedas utilizada nas relações entre os membros da União Postal Universal (UPU). Neste sentido, verifica-se que o decréscimo da receita deve-se, principalmente, à redução dos valores a receber no 2º trimestre/2022 no período e à queda na cotação do DES neste semestre.

##### 4.7.2. Rentabilidade de aplicações financeiras

O acréscimo na rentabilidade observada no período deve-se ao aumento no valor das aplicações financeiras no 2º trimestre de 2022. Ademais, durante o ano de 2021, houve novos aportes em títulos públicos com maiores taxas de juros que, conseqüentemente, geraram maiores retornos em 2022.

##### 4.7.3. Ganho - valor justo – *hedge*

Corresponde à oscilação a valor justo das transações contratadas para proteger os direitos a receber das contas internacionais das variações cambiais.

##### 4.7.4. Receita de juros

O acréscimo dessa receita deve-se, principalmente, à atualização dos créditos dos tributos a compensar, face o aumento da taxa SELIC no período.

#### 4.8. Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS		2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
Variação cambial	4.8.1	(30.890)	(270.528)	(231.936)	(279.702)
Apropriação/atualização - PDI	4.8.2	(105.723)	(25.978)	(136.129)	(46.120)
Juros		(49.370)	(35.190)	(90.736)	(77.451)
Juros a transcorrer – bens de direito de uso – CPC 06 (R2)		(39.596)	(35.049)	(80.521)	(77.126)
Demais		(9.774)	(141)	(10.215)	(325)
Perda - valor justo - <i>hedge</i>		(68.544)	-	(68.544)	-
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)	4.8.3	(22.019)	(8.068)	(44.803)	(11.941)
Multas		(1.832)	14	(9.376)	(2.288)
Taxa administrativa – cartão de crédito		(2.049)	(1.409)	(4.000)	(3.619)
Despesas bancárias		(1.738)	(1.284)	(3.077)	(2.283)
Perdas nas aplicações financeiras		-	(1.861)	-	(3.252)
Notificação de infração		(14)	(6)	(272)	(140)
Outros	4.8.4	(27.304)	(272)	(27.905)	(639)
<b>TOTAL</b>		<b>(309.483)</b>	<b>(344.582)</b>	<b>(616.778)</b>	<b>(427.435)</b>

#### 4.8.1. Despesas de variação cambial

A redução nesta rubrica em relação ao período anterior, foi ocasionado pelo recebimento de contas internacionais e à queda na cotação do DES no período.

#### 4.8.2. Apropriação/atualização - PDI

O acréscimo na rubrica deve-se, principalmente, à atualização do IFD/PDI pelo IPCA, conforme previsão contida no regulamento do Plano de Demissão Incentivada.

#### 4.8.3. Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)

O aumento deve-se ao empréstimo contratado em 20 de janeiro de 2022 com o Citibank, conforme nota 15.

#### 4.8.4. Perda - valor justo – *hedge*

Em junho de 2022, houve uma perda de R\$ 49 milhões decorrente da variação de DES.

#### 4.8.5. Outros

O acréscimo nessa rubrica refere-se à perda gerada pela alienação das cotas de FINAM e FINOR ocorridas no 2º trimestre de 2022.

### NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelo caixa, depósitos bancários e por investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, que por possuírem dados observáveis em mercado ativo são mensuradas no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		30/06/2022	31/12/2021
Caixa	5.1	3.763	3.720
Banco	5.1	10.330	7.116
Aplicações	5.2	2.449.681	903.420
<b>TOTAL</b>		<b>2.463.774</b>	<b>914.256</b>

#### 5.1. Caixa e bancos

Refletem o numerário em espécie e os depósitos bancários para fazer frente às necessidades imediatas da operação.

#### 5.2. Aplicações



Vencimento	30/06/2022					Total
	NTN-B/LFT	Cotas Fundo	Caixa/Operação compromissada	Provisão de IR	Ajustes fundo	
ATIVO CIRCULANTE	1.795.393	474.448	182.735	(2.890)	(5)	2.449.681

Vencimento	31/12/2021					Total
	NTN-B/LFT	Cotas Fundo	Caixa/Operação compromissada	Provisão de IR	Ajustes fundo	
ATIVO CIRCULANTE	657.307	77.414	173.528	(4.748)	(81)	903.420

O acréscimo no saldo das aplicações financeiras deve-se, principalmente, aos recebimentos de contas nacionais e internacionais, ao empréstimo de R\$ 500.000 contratado com o Citibank e à rentabilidade apurada no período.

## NOTA 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

A seguir é apresentado o quadro de composição das aplicações financeiras realizáveis a longo prazo segregadas por exercício de vencimento dos títulos:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	NTN-B/LFT	
	30/06/2022	31/12/2021
2023	-	839.815
2024	1.038.349	940.110
2025	483.243	347.408
2026	677.274	604.486
2027	27.349	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.226.215</b>	<b>2.731.819</b>

A redução no saldo das aplicações financeiras deve-se, principalmente, as demandas de fluxo de caixa da empresa, sendo o saldo transferido para aplicações de curto prazo.

## NOTA 7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

APLICAÇÕES		30/06/2022	31/12/2021
Aplicações - VJORA	7.1	5.713	8.941
Ações		5.713	7.541
FINAM/FINOR		-	1.400
Derivativos - <i>hedge</i>	7.2	36.903	11.163
<b>TOTAL</b>		<b>42.616</b>	<b>20.104</b>

### 7.1. Aplicações VJORA

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). A redução no saldo aplicações no 2º trimestre de 2022 deve-se à alienação das cotas de FINAM e FINOR e das ações das empresas telefônicas ocorridas no período.

### 7.2. Hedge

Trata-se de derivativos contratados pelos Correios com vista a proteger o resultado do exercício das variações cambiais provenientes das contas a receber internacionais. Essas contas são precificadas com base no Direito Especial de Saque - DES, (constituída de uma cesta de moedas composta pelo Dólar dos EUA, Euro, Yuan, Iene e Libra Esterlina) instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e utilizado pela União Postal Universal - UPU como indexador para as negociações entre as Administrações Postais.

A operação foi constituída na modalidade *Zero Cost Collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* – para financiamento da compra da *Put*) cuja combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

Destaca-se que somente haverá entrada ou saída de caixa no vencimento do operação, se o DES estiver abaixo do *strike* da *put*, e acima do *strike* da *call* ou na ocorrência de desmonte parcial da operação antes do vencimento para manter a proporção entre o instrumento de proteção e o objeto protegido.

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	17/12/2021	Compra de opção de venda ( <i>put</i> )	7,30458	1.000	73.046
	02/08/2022	Venda de opção de compra ( <i>call</i> )	9,88548		98.855
Itaú Unibanco S.A.	17/12/2021	Compra de opção de venda ( <i>put</i> )	7,30458	110.000	803.504
	02/08/2022	Venda de opção de compra ( <i>call</i> )	9,99699		1.099.669

DESCRIÇÃO	SALDO – 31/12/2021	VALOR JUSTO	SALDO – 30/06/2022
Derivativos – <i>hedge</i> (ativo)	11.163	25.740	36.903
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(8.610)	8.610	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.553</b>		<b>36.903</b>

Em abril de 2022, foi realizado um desmonte parcial do hedge no valor de DES 29 milhões referente à operação com o Banco Citibank, para adequação do valor do instrumento da proteção em relação ao saldo contábil das contas internacionais.

## NOTA 8 CONTAS NACIONAIS

Trata-se dos direitos a receber provenientes da prestação de serviços contratados e realizados dentro do território nacional.

### 8.1. Contas a receber nacionais

CONTAS A RECEBER NACIONAIS		30/06/2022	31/12/2021
Serviços faturados	8.1.1	1.369.720	1.684.032
Serviços a faturar	8.1.2	161.030	305.955
Agências terceirizadas		51.711	55.675
Cartões de crédito		21.516	21.171
Outros valores a receber de clientes		35	35
<b>TOTAL</b>		<b>1.604.012</b>	<b>2.066.868</b>

#### 8.1.1. Serviços faturados

MOVIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS FATURADOS	31/12/2021	EMISSÃO DE FATURAS	RECEBIMENTOS (LIQUIDAÇÕES)	RECLASSIFICAÇÕES/BAIXAS	30/06/2022
Total a receber (antes da dedução da PECLD)	1.705.311	8.004.457	(8.298.702)	(15.337)	1.395.729

SERVIÇOS FATURADOS – POR FAIXA DE VENCIMENTO	30/06/2022	31/12/2021
A – A vencer	1.338.561	1.643.104
B – Vencidos de 1 a 30 dias	22.805	33.790
C – Vencidos de 31 a 60 dias	5.138	7.858
D – Vencidos de 61 a 90 dias	8.087	5.334
E – Vencidos de 91 a 180 dias	6.902	5.266
F – Vencidos há mais de 180 dias	14.236	9.959
Total a receber	1.395.729	1.705.311
(-) PECLD total	(26.009)	(21.279)



SERVIÇOS FATURADOS – POR FAIXA DE VENCIMENTO	30/06/2022	31/12/2021
<b>TOTAL</b>	<b>1.369.720</b>	<b>1.684.032</b>

FAIXA DE VENCIMENTO	EFEITOS NO RESULTADO – 30/06/2022		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A – A vencer	1.338.561	0,20%	(2.677)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	22.805	4,70%	(1.072)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	5.138	6,10%	(313)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	8.087	10,00%	(809)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	6.902	100,00%	(6.902)
F – Vencidos há mais de 180 dias	14.236	100,00%	(14.236)
<b>TOTAL</b>	<b>1.395.729</b>		<b>(26.009)</b>

FAIXA DE VENCIMENTO	EFEITOS NO RESULTADO - 2021		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A – A vencer	1.643.104	0,21%	(3.450)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	33.790	4,72%	(1.595)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	7.858	6,07%	(477)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	5.334	9,98%	(532)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	5.266	100,00%	(5.266)
F – Vencidos há mais de 180 dias	9.959	100,00%	(9.959)
<b>TOTAL</b>	<b>1.705.311</b>		<b>(21.279)</b>

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS		30/06/2022	31/12/2021
A – Perda total no início do período		(21.279)	(19.907)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		-	-
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(21.279)	(19.907)
D – Adições		(4.730)	(1.372)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(26.009)	(21.279)
G – Perda dedutível no final do período		-	-
<b>TOTAL</b>	<b>F+G</b>	<b>(26.009)</b>	<b>(21.279)</b>

## 8.2. Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está sendo reclamada no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA		30/06/2022	31/12/2021
Faturas em cobrança jurídica	8.2.1	4.682	4.224
Inadimplentes – AGF/ACC/ACF		1.311	1.323
Acordos jurídicos - REFIS		1.217	1.280
Débitos de empregados em cobrança jurídica		88	88
<b>TOTAL</b>		<b>7.298</b>	<b>6.915</b>

### 8.2.1. Faturas em cobrança jurídica

Refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA		30/06/2022	31/12/2021
Faturas em cobrança jurídica		212.882	200.191
(-) PECLD		(208.200)	(195.967)
<b>TOTAL</b>		<b>4.682</b>	<b>4.224</b>

O percentual das perdas não dedutíveis das faturas em cobrança jurídica é estabelecido com base na execução dos acordos judiciais e extrajudiciais, sob responsabilidade da área jurídica, no qual apura-se o saldo em aberto dos acordos em efetiva execução, bem como o valor dos acordos firmados e pagos nos últimos 12 meses, confrontando-os com os reconhecidos no ativo. Para aqueles provenientes de recuperação judicial ou que permanecem registrados por força da Lei 9.430/96 é atribuído 100% de perda.

COMPOSIÇÃO DA - PECLD DE FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	PERCENTUAL	30/06/2022	PERCENTUAL	31/12/2021
Perdas não dedutíveis	97,9%	(183.760)	97,9%	(167.959)
Perdas não dedutíveis - recuperação judicial	100,0%	(17.725)	100,0%	(17.725)
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(6.715)	100,0%	(10.283)
<b>TOTAL</b>		<b>(208.200)</b>		<b>(195.967)</b>

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO DA PECLD DAS FATURAS EM COBRANÇA		30/06/2022	31/12/2021
A – Perda total no início do período		(195.967)	(171.608)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		10.283	16.203
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(185.684)	(155.405)
D – Adições		(15.801)	(30.279)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(201.485)	(185.684)
G – Perda dedutível no final do período		(6.715)	(10.283)
<b>TOTAL</b>	<b>F+G</b>	<b>(208.200)</b>	<b>(195.967)</b>

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, de acordo com o disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

## NOTA 9 CONTAS INTERNACIONAIS

Trata-se das operações realizadas entre os Correios e as demais Administrações Postais situados em outros Países, que diante da prestação de serviço realizada no país de destino do objeto postal, gera o reconhecimento de direito a receber ou obrigações a pagar nos Correios.

### 9.1. Contas a receber internacional

CONTAS A RECEBER INTERNACIONAIS	30/06/2022	31/12/2021
Clientes internacionais - circulante	234.667	620.972
Administrações postais, UPU <i>Clearing</i> e Serviço Interno a Regularizar	237.065	650.085
(-) PECLD	(2.398)	(29.113)
Clientes internacionais— não circulante	545.783	478.424
Administrações postais	576.546	557.089
(-) PECLD	(30.762)	(78.665)
<b>TOTAL</b>	<b>780.450</b>	<b>1.099.396</b>

#### 9.1.1. Administrações Postais

A redução do valor a receber das Administrações Postais deve-se aos recebimentos ocorridos no período e à queda na cotação do DES até o 2º trimestre de 2022.

### 9.2. Contas a pagar internacional

CONTAS A PAGAR INTERNACIONAIS	30/06/2022	31/12/2021
Circulante	8.847	6.511

CONTAS A PAGAR INTERNACIONAIS	30/06/2022	31/12/2021
Não circulante	48.523	49.194
<b>TOTAL</b>	<b>57.370</b>	<b>55.705</b>

## NOTA 10 ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	30/06/2022	31/12/2021
Material para consumo	39.593	34.668
Material para revenda/almoxarifados	17.501	22.290
Peças reposição - MECTRI	3.485	674
Material em consignação	562	562
Perdas com estoque	(2.567)	(4.728)
<b>TOTAL</b>	<b>58.574</b>	<b>53.466</b>

## NOTA 11 FORNECEDORES

Trata-se de obrigações provenientes da contratação de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços ou o fornecimento de materiais e produtos, de modo a proporcionar a adequada realização da atividade operacional da empresa.

FORNECEDORES	30/06/2022	31/12/2021
Material, produtos e serviços	954.759	1.130.886
Consignações e outros	162	158
<b>TOTAL</b>	<b>954.921</b>	<b>1.131.044</b>

## NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### 12.1. Benefícios de curto prazo

Referem-se às obrigações a pagar no período de até doze meses, tais como: salários, férias, plano de saúde, PLR e respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, que são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

#### 12.1.1. Salários e consignações

Correspondem às obrigações trabalhistas advindas da prestação de serviço realizada pelos empregados e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	30/06/2022	31/12/2021
Férias	858.730	942.301
13º salário	298.035	-
INSS - empregado	42.503	60.614
Postalis (PostalPrev) - empregado	16.533	42.249
Obrigações trabalhistas	13.615	11.134
Postalis (PBD) - empregado	5.298	10.146
Retenção SEST/SENAT	6	6
<b>TOTAL</b>	<b>1.234.720</b>	<b>1.066.450</b>

O saldo das rubricas de férias, INSS e Postalprev foi impactado pelo reajuste salarial de 9,75% concedido em 2021. Ressalta-se que não houve impacto do reajuste no plano PBD, devido ao saldamento ocorrido em março de 2008.

Destaca-se que em dezembro/2021 os valores correspondentes ao INSS e Postalis (Planos BD e PostalPrev) também foram acrescidos em virtude das contribuições incidentes sobre 13º salário.

### 12.1.2. Encargos sociais

Correspondem às contribuições patronais geradas indiretamente na prestação de serviço realizada pelos empregados e autônomos contratados, bem como pelos benefícios de previdência complementar ofertados pela empresa aos empregados.

ENCARGOS SOCIAIS		30/06/2022	31/12/2021
INSS - empregador	12.1.2.1	114.721	185.159
FGTS	12.1.2.1	36.311	75.452
Postalis (BD) - empregador	12.1.2.3	25.245	49.704
Postalis (PostalPrev) - empregador	12.1.2.2	15.971	41.311
Salário educação		11.149	17.707
INSS autônomos/avulsos		1.472	884
Senai adicional		888	1.412
<b>TOTAL</b>		<b>205.757</b>	<b>371.629</b>

#### 12.1.2.1. FGTS e INSS

A redução no valor dessas rubricas em relação a 2021 deve-se ao reajuste salarial definido no Dissídio Coletivo de Greve - efetivamente implementado em dezembro/2021 com efeito retroativo a agosto/2021 e aos encargos incidentes sobre o 13º salário.

#### 12.1.2.2. PostalPrev - empregador

Em 2021 o saldo da rubrica foi impactado pelo reajuste salarial de 9,75% definido no Dissídio Coletivo de Greve implementado em dezembro/2021 com efeitos retroativos a agosto/2021 e pela contribuição incidente sobre o 13º salário.

#### 12.1.2.3. Postalis BD - empregador

A redução nesta rubrica deve-se ao provisionamento da contribuição incidente sobre o 13º salário realizada em dezembro de 2021, cujo repasse ao Instituto ocorreu no mês subsequente.

### 12.1.3. Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA

Em 2021, face aos resultados alcançados no período, a empresa constituiu uma provisão de participação nos lucros e resultados na ordem de R\$ 62.676 que representa 6% do lucro líquido remanescente após absorção dos prejuízos acumulados de anos anteriores, limitada a 25% dos dividendos distribuídos, conforme diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e de acordo com os termos da Resolução emitida pelo Conselho de Coordenação e Controles das Empresas Estatais (CCE) nº 010/1995.

Ressalta-se que em 2021 a rubrica foi constituída a título de provisão face a necessidade de aprovação da proposta pela SEST.

Em 2022, em virtude do resultado apurado até 2º trimestre, foram acrescidos ao passivo os valores provisionados de R\$ 24.012 que corresponde à Participação nos Lucros e Resultados dos empregados e R\$ 654 referente à Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

#### 12.1.4. Adiantamentos de pessoal

Trata-se das antecipações de recursos concedidas aos empregados, com ressarcimento futuro por meio de desconto na folha de pagamento ou por repasses efetuados pelos órgãos da administração direta em relação aos salários dos empregados cedidos a estes, bem como pela apropriação na competência de despesa realizada pelo empregado em nome da empresa na comprovação dos adiantamentos de numerários concedidos.

ADIANTAMENTO DE PESSOAL		30/06/2022	31/12/2021
Adiantamento de 13º salário		82.867	-
Adiantamento de férias		30.745	48.817
Adiantamento salarial		5.209	5.068
Empregados cedidos		3.396	2.879
Demais adiantamentos		334	361
<b>TOTAL</b>		<b>122.551</b>	<b>57.125</b>

#### 12.1.5. Convênio Postal Saúde

Referem-se aos direitos a receber ou obrigações a pagar geradas nas operações realizadas entre os Correios e a Postal Saúde para a administração dos planos de saúde ofertados aos empregados e a gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, bem como aos lastros efetuados pelos Correios em relação à Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar – PEL.

#### 12.1.5.1. Convênio Postal Saúde - ativo

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE - ATIVO	30/06/2022	31/12/2021
Empregados liberados	114	166
Concessão de uso de espaço	378	371
<b>TOTAL</b>	<b>492</b>	<b>537</b>

#### 12.1.5.2. Convênio Postal Saúde - passivo

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE - PASSIVO	30/06/2022	31/12/2021
Convênio CorreiosSaúde	123.967	109.091
Saúde ocupacional	18.691	18.366
Benefício de medicamentos	2.106	5.593
<b>TOTAL</b>	<b>144.764</b>	<b>133.050</b>

#### 12.1.5.3. Lastro – Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar - Postal Saúde

Desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantir o cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora (Postal Saúde) e a mantenedora (Correios).

Entretanto, considerando o repasse de R\$ 221.000 à operadora em março de 2022, conforme nota 24.2, não houve a necessidade de constituição de lastro na Empresa, uma vez que há suficiência de ativos garantidores na Postal Saúde.

#### 12.2. Obrigações trabalhistas – IFD

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI).

Os referidos planos visaram contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia da empresa, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
PDI 2017	1º - Realizado entre fevereiro e dezembro de 2017.	96 parcelas do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), limitado a R\$ 10 mil por parcela	N/A	6.158
	2º - Realizado entre dezembro de 2017 com término em 2019.	93 parcelas do IFD, limitado a R\$ 9,8 mil por parcela	N/A	1.848
<b>TOTAL – PDI 2017</b>				<b>8.006</b>
PDI 2021	1º - Realizado em: fevereiro de 2021	Incentivo Financeiro de Adesão (IFA) (no valor de 10.000,00 - pago em parcela única) + 75 parcelas do IFD	IFD mensal + 5% do IFD mensal. Pagamento em 75 parcelas mensais	4.514
	2º - Realizado em: abril de 2021	IFA (no valor de 7.000,00 - pago em parcela única) + 70 parcelas do IFD	IFD mensal + 3% do IFD mensal. Pagamento em 70 parcelas mensais	1.788
<b>TOTAL – PDI 2021</b>				<b>6.302</b>

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

#### 12.2.1. Valor presente

O cálculo do valor presente do IFD foi realizado com base nos fluxos mensais de pagamento por meio da taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título é o prazo inferior mais próximo aos fluxos de desembolsos do IFD. A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

PLANO	31/12/2021	ADIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	APROPRIAÇÃO AVP	AMORTIZAÇÃO	30/06/2022
PDI 2017	605.377	-	67.439	24.518	(120.257)	577.077
PDI 2021	574.383	420	42.150	2.022	(63.701)	555.274
<b>TOTAL</b>	<b>1.179.760</b>	<b>420</b>	<b>109.589</b>	<b>26.540</b>	<b>(183.958)</b>	<b>1.132.351</b>

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	30/06/2022	31/12/2021
Circulante	316.399	296.606
Não circulante	815.952	883.154
<b>TOTAL</b>	<b>1.132.351</b>	<b>1.179.760</b>

### 12.3. Benefício pós-emprego

Representa o valor das obrigações atuariais provenientes dos planos de previdência complementar ofertados aos empregados.

Ressalta-se que, a obrigação é calculada, anualmente, por atuário independente, em conformidade às disposições do CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais são impactados por premissas que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

#### 12.3.1. Obrigação atuarial reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA	PBD	
	30/06/2022	31/12/2021
Passivo circulante	272.347	314.975
Encargos sociais	25.245	49.704
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	247.102	265.271
Passivo não circulante	7.071.428	6.901.105
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	7.071.428	6.901.105
<b>TOTAL</b>	<b>7.343.775</b>	<b>7.216.080</b>

#### 12.3.1.1. Movimentação do passivo reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO - PBD	30/06/2022	31/12/2021
Passivo no início do exercício	(7.216.080)	(6.015.964)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	175.264	305.741
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	(302.959)	(521.228)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	(984.629)
<b>PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>(7.343.775)</b>	<b>(7.216.080)</b>

#### 12.3.2. Planos de benefícios

##### 12.3.2.1. Plano PostalPrev CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação

de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

O *superavit* apurado no Postalprev (Plano CV) não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecida no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para o ORA no patrimônio líquido.

### 12.3.2.2. Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

## NOTA 13 TRIBUTOS

### 13.1. Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR		30/06/2022	ATUALIZAÇÃO	31/12/2021
Imunidade tributária – Imposto de Renda	13.1.1	1.038.558	29.597	1.008.961
Deferidos		315.399	8.814	306.585
Aguardando julgamento		723.159	20.783	702.376
Retenção na fonte – Banco Postal	13.1.2	264.647	7.407	257.240
Pedidos de restituição	13.1.3	53.102	1.505	51.597
<b>TOTAL</b>		<b>1.356.307</b>	<b>38.509</b>	<b>1.317.798</b>

#### 13.1.1. Imunidade tributária – Imposto de Renda

O montante de R\$ 1.038.558 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, atualizado pela taxa Selic até junho de 2022. O reconhecimento desses créditos está amparado na imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, “a” da Constituição Federal.

Os créditos do IRPJ foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 315.399. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

#### 13.1.2. Retenção na fonte – Banco Postal

O saldo atualizado de R\$ 264.647 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da rescisão contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

#### 13.1.3. Pedidos de restituição

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 53.102, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à RFB, referentes a IR - Imposto de Renda, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e INSS. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o CARF.

### 13.2. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício.



### 13.2.1. Tributos sobre o lucro

Até junho de 2022 a Empresa apresentou cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no total de R\$ 40.321. Já o tributo diferido está representado pela reversão de despesa de R\$ 1.435, que diz respeito em sua maior parte à reversão de ativos fiscais diferidos em função de utilização de base negativa de CSLL do trimestre, à constituição de ativos e passivos fiscais diferidos detalhados nas notas 13.3.1 e 13.3.2.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2º TRIM./2022	2º TRIM./2021	30/06/2022	30/06/2021
<b>Resultado antes dos juros sobre capital próprio</b>	<b>190.906</b>	<b>562.023</b>	<b>423.086</b>	<b>883.554</b>
(+/-) Ajustes – Lei nº 12.973/2014	(9.778)	(9.599)	(13.169)	(13.522)
Resultado antes da CSLL	181.128	552.424	409.917	870.032
Efeitos da CSLL – alíquota vigente (9%)	(16.302)	(49.718)	(36.893)	(78.303)
Efeitos sobre as diferenças permanentes	832	(38)	(941)	(261)
Efeitos sobre as diferenças temporárias	(24.255)	1.108	(19.770)	(2.878)
Adições	(164.740)	(180.080)	(359.671)	(366.156)
Exclusões	140.485	181.188	339.901	363.278
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(39.725)	(48.648)	(57.604)	(81.442)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	11.919	14.581	17.283	24.432
<b>CSLL corrente</b>	<b>(27.806)</b>	<b>(34.067)</b>	<b>(40.321)</b>	<b>(57.010)</b>
<b>CSLL diferida</b>	<b>4.329</b>	<b>(6.409)</b>	<b>1.435</b>	<b>(18.081)</b>
Reversão de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(4.706)	(764)	(5.030)	(1.322)
Constituição/reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes do RTT	-	74	-	-
Constituição/reversão de ativo de CSLL sobre base negativa	(11.917)	(14.600)	(17.340)	(24.433)
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária	20.952	8.881	23.806	7.674
<b>TOTAL</b>	<b>(23.477)</b>	<b>(40.476)</b>	<b>(38.886)</b>	<b>(75.091)</b>

### 13.3. Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca decidida pelo Supremo Tribunal Federal, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

#### 13.3.1. Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32, a empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, saldo negativo de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação) no montante de R\$ 374.284. No patrimônio líquido, foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e patrimônio líquido (ARE), no montante de R\$ 564.638 e R\$ 203 respectivamente.

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/2021	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	30/06/2022
<b>A – Movimentações temporárias – Lei nº 12.973/2014</b>	<b>367.818</b>	23.806	(17.340)	374.284
<i>Impairment</i> - terrenos	(293)	-	-	(293)
<i>Impairment</i> - prédios	4.083	-	-	4.083
Depreciação – custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	260.559	23.806	-	284.365
Bases negativas de CSLL	103.340	-	(17.340)	86.000
<b>B – Outros Resultados Abrangentes - ORA</b>	<b>567.038</b>	-	<b>(2.400)</b>	<b>564.638</b>
Benefício pós-emprego PBD	564.558	-	-	564.558
Perdas – aplicações VJORA	2.480	-	(2.400)	80
<b>C – Movimentação em apuração do resultado do exercício</b>	<b>203</b>	-	-	<b>203</b>
Perdas a valor justo – propriedades para investimento	203	-	-	203
<b>TOTAL</b>	<b>935.059</b>	<b>23.806</b>	<b>(19.740)</b>	<b>939.125</b>

Os Correios, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estimam que os créditos tributários ativos de CSLL calculados a partir das movimentações temporárias e do saldo negativo de CSLL, serão realizados



em até 10 anos, uma vez que a expectativa de geração de tributos sobre lucros para os próximos 10 exercícios, supera o valor atualmente registrado de R\$ 374.284.

### 13.3.2. Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios, sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, e sobre os ganhos a valor justo das propriedades para investimento. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida em que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/2021	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO/ REALIZAÇÃO	30/06/2022
<b>A – Outros Resultados Abrangentes - ORA</b>	<b>376.824</b>	<b>78</b>	<b>(1.759)</b>	<b>375.143</b>
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	335.379	-	(1.528)	333.851
Ajuste de ganhos em investimentos - VJORA	10.550	78	(180)	10.448
Ganho – valor justo – propriedades para investimento	30.895	-	(51)	30.844
<b>B – Diferenças temporárias</b>	<b>47.161</b>	<b>5.030</b>	<b>-</b>	<b>52.191</b>
Depreciação de bens operacionais	47.161	5.030	-	52.191
<b>TOTAL</b>	<b>423.985</b>	<b>5.108</b>	<b>(1.759)</b>	<b>427.334</b>

### 13.4. Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR		30/06/2022	31/12/2021
Tributos e encargos a restituir	13.4.1	132.597	132.221
Tributos retidos na fonte	13.4.2	76.964	13.113
Demais tributos e encargos		3.361	7.255
<b>TOTAL</b>		<b>212.922</b>	<b>152.589</b>

#### 13.4.1. Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até junho de 2022. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

#### 13.4.2. Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e sobre faturamento de serviços postais contra órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal.

Embora a empresa seja imune ao IR, os clientes órgãos públicos permanecem efetuando retenções desse imposto vez que estão sujeitos a cumprir legislação específica.

### 13.5. Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		30/06/2022	31/12/2021
Retenções na fonte – Lei nº 9.430/96		55.193	54.924
COFINS		42.229	48.678
IR retido de empregados	13.5.1	33.481	119.020
ICMS		13.515	14.607
CSLL		10.674	-
INSS empresas – retenção na fonte		9.282	14.109
PIS		9.150	10.547

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	30/06/2022	31/12/2021
ISSQN – retido de terceiros	8.009	7.206
IR retido de terceiros	2.459	2.373
INSS retenção – contribuinte individual	316	241
<b>TOTAL</b>	<b>184.308</b>	<b>271.705</b>

### 13.5.1. IR retido de empregados

A variação a menor nesta rubrica deve-se à elevada retenção apurada em dezembro/2021 em virtude da implementação do reajuste salarial de 9,75% definido no Dissídio Coletivo de Greve com efeitos retroativos a agosto/2021 e ao 13º salário.

## NOTA 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

### 14.1. Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

- trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.
- cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.
- fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 30 de junho 2022, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

ÂMBITO/NATUREZA	31/12/2021	REVERSÃO	ADIÇÕES	ATUALIZAÇÃO	ALTERAÇÃO NO VALOR DA PROVISÃO <sup>1</sup>	30/06/2022
Judicial – cível	51.224	(13.506)	8.676	3.919	139	50.452
Judicial - fiscal	82.440	(22.308)	4.932	5.199	7	70.270
Judicial - trabalhista	730.452	(113.391)	166.837	27.744	20.392	832.034
<b>Judicial - total</b>	<b>864.116</b>	<b>(149.205)</b>	<b>180.445</b>	<b>36.862</b>	<b>20.538</b>	<b>952.756</b>
Administrativo – cível	7.595	-	-	660	-	8.255
Administrativo - fiscal	251	-	28	22	-	301
<b>Administrativo - total</b>	<b>7.846</b>	<b>-</b>	<b>28</b>	<b>682</b>	<b>-</b>	<b>8.556</b>
<b>TOTAL</b>	<b>871.962</b>	<b>(149.205)</b>	<b>180.473</b>	<b>37.544</b>	<b>20.538</b>	<b>961.312</b>

<sup>1</sup> refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas de acordo com os critérios adotados pela área jurídica da Empresa.

O acréscimo nas provisões decorre de novas ações judiciais e das revisões de classificação de risco, face ao estágio processual.

Em 30 de junho, os Correios eram réus em 12.528 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	PROCESSO/ ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/GO	Trabalhista	Processo nº 00006818020105180005, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO. Ação coletiva. PCCS 1995. SINTECT/GO. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	45.593

AUTOR	NATUREZA	PROCESSO/ ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
Município de Salvador - BA	Fiscal	Processo nº 93.0000222-8 (0000224-11.1993.4.01.3300), em trâmite na 20ª Vara Federal de Salvador/BA. Execução Fiscal. Imposto sobre serviços (ISS). Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	23.546
SINTECT/CE	Trabalhista	Processo nº 0170400-04.1989.5.07.0005, em trâmite na 5ª VF/Fortaleza. Fase: Execução	20.032
Município de Goiânia	Fiscal	Processo nº 2677278.2018.4.01.3500, em trâmite na 12ª Vara Federal de Goiânia/GO. Execução Fiscal. ISS - substituto tributário. Fase: Execução Fiscal.	18.077
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 00013-66.2013.5.11.0016, em trâmite na 16ª Vara do Trabalho de Manaus. Equiparação a bancários. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	8.539
SINCOTELBA- BA	Trabalhista	Processo nº 0125000-76.2007.5.05.0009, em trâmite na 9ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. PCCS/95. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	8.520
SINTCOM/PR	Trabalhista	Processo nº 00951200200807001, em trâmite na 17ª Vara do Trabalho. Ação coletiva. Diárias de viagem. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	8.341
INSS	Fiscal	Execução Fiscal 0019432-74.2004.4.01.3500, em trâmite perante a 10ª Vara Federal de Goiânia. Contribuições previdenciárias. Fase: aguarda julgamento de apelação nos embargos à execução 0016841-08.2005.4.01.3500	8.051
Banco do Brasil	Cível Administrativa	Processo nº: 418022, em trâmite na Ordem dos Advogados do Brasil/SP - Arbitragem - Restituição de valores. Fase: Decisão desfavorável a ECT	8.037
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 1537000619895110004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de MANAUS/AM. URP - fevereiro/89. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	7.730

#### 14.2. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 30 de junho de 2022, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 30.631 processos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

30/06/2022 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	21.817	1.124.754	20	96	21.837	1.124.850
Cível	7.990	521.089	10	10.807	8.000	531.896
Fiscal	639	276.484	154	19.666	793	296.150
Criminal	1	-	-	-	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>30.447</b>	<b>1.922.327</b>	<b>184</b>	<b>30.569</b>	<b>30.631</b>	<b>1.952.896</b>

#### 14.3. Precatórios e RPVs

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	221.481
Não circulante	153.038	18.927
<b>TOTAL</b>	<b>374.519</b>	<b>237.332</b>

#### 14.4. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos recursais administrativos	75.442	75.559

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos recursais	18.046	17.967
Penhora de numerários	17.646	17.250
Depósitos judiciais	10.401	12.223
(-) Créditos a regularizar	(5.225)	(18.146)
<b>TOTAL</b>	<b>116.310</b>	<b>104.853</b>

O valor de R\$ 75.442 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 10.401 e R\$ 18.046 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 17.646 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar que:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

## NOTA 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Trata-se de empréstimos captados junto às instituições financeiras para fazer frente às necessidades operacionais da empresa. A seguir é apresentada as movimentações dos empréstimos no período e suas principais características:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2021	ADIÇÕES	ENC. FINANC. <sup>1</sup>	AMORT. PRINCIPAL	AMORT. JUROS	DESPESA	30/06/2022
Banco do Brasil	30.564			(31.250)	(663)	1.349	-
Banco ABC	123.791		-	(125.000)	(2.458)	3.667	-
Banco CitiBank	-	500.000	(7.801)	-	-	32.913	525.112
<b>TOTAL</b>	<b>154.355</b>	<b>500.000</b>	<b>(7.801)</b>	<b>(156.250)</b>	<b>(3.121)</b>	<b>37.929</b>	<b>525.112</b>

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO CITIBANK
Valor da operação	R\$ 500.000
Data da emissão	21/01/2022
Vencimento final	20/01/2023
Remuneração	1,50% a.a. / 0,12% a.m., acrescida de 100% do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de agosto de 2022
Encargos financeiros totais <sup>1</sup>	R\$ 7.801
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 22/08/2022
Garantia	Títulos públicos aplicados no Fundo de Investimento do BB - Fundo 13B

<sup>1</sup>refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

## NOTA 16 RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente de clientes que se converterão em receitas no futuro quando da efetiva prestação do serviço pela Empresa.

RECEITAS A APROPRIAR	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	117.436	251.156

RECEITAS A APROPRIAR		30/06/2022	31/12/2021
Aluguel de caixas postais		22.918	22.157
Faturamento por estimativa	16.2	2.877	7.700
Demais adiantamentos		27	92
<b>TOTAL</b>		<b>143.258</b>	<b>281.105</b>

### 16.1. Adiantamento de clientes

A variação verificada no período corresponde, principalmente, a realização dos créditos de clientes em face da prestação de serviços.

### 16.2. Faturamento por estimativa

Refere-se à antecipação que os clientes fazem à Empresa por estimativa de consumo de serviço dentro de um período pré-estabelecido.

## NOTA 17 ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	30/06/2022	31/12/2021
Recebimento de imposto de importação	36.382	27.645
Recebimento para o Postalís	18.636	10.806
Emissão de vale postal nacional	4.695	6.001
Importação/exportação – vale postal internacional	311	802
Outros recebimentos/arrecadações	354	354
<b>TOTAL</b>	<b>60.378</b>	<b>45.608</b>

## NOTA 18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

### 18.1. Ativo circulante e não circulante – outros

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante - Outros Créditos</b>	<b>38.127</b>	<b>30.051</b>
Float bancário – faturamento	18.440	4.839
Bens sucateados	9.427	13.183
Débitos de empregados	5.030	6.236
Parcelamento de multa de fornecedores	1.890	2.427
Débitos de terceiros	742	743
Demais créditos	2.598	2.623
<b>Ativo não circulante - Outros</b>	<b>11.457</b>	<b>6.342</b>
Débitos de ex-empregados	6.658	1.824
Parcelamento de multa de fornecedores	2.711	2.060
Acordos jurídicos - REFIS	1.640	1.929
Acordos jurídicos	401	494
Outros débitos de empregados	47	35

#### 18.1.1. Float bancário – faturamento

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

### 18.2. Passivo circulante e não circulante - outros

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	30/06/2022	31/12/2021
<b>Passivo circulante - Outros débitos</b>	<b>77.394</b>	<b>71.375</b>
Apuração da venda de ativo fixo	17.346	16.650
Caução de fornecedores	22.567	16.088

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS		30/06/2022	31/12/2021
Convênio SESI/SENAI		13.033	15.388
EDEI - valores a regularizar e demais credores	18.2.1	18.074	14.061
Retenções judiciais		4.964	4.887
Prestação de contas AGF/ACF		929	2.741
Ressarcimento ao SUS		481	1.560
<b>Passivo não circulante - Outros débitos</b>		<b>241</b>	<b>288</b>
Ressarcimento ao SUS		-	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros		229	229
Honorários de sucumbência		12	13

### 18.2.1. EDEI – valores a regularizar e demais credores

Corresponde, principalmente, às diferenças entre os boletos pagos e o valor da declaração de importação de remessa de responsabilidade de importador, relativo ao serviço de importação de Entrega Direta de Encomendas Internacionais.

## NOTA 19 INVESTIMENTOS

### 19.1. Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/2021	VARIAÇÕES A VJ	BAIXAS POR VENDA	TRANSFE-RÊNCIAS	30/06/2022
Terrenos	1.112.182	-	(1.703)	(90.953)	1.019.526
Ganho - terrenos	563.216	2.428	(3.449)	(35.862)	526.333
Perda - terrenos	(103.575)	-	334	34.364	(68.877)
Perda - valor justo - terrenos	(348.366)	-	172	34.438	(313.756)
Prédios	87.137	-	(614)	(4.507)	82.016
Ganho - prédios	165.162	783	(940)	(29.963)	135.042
Perda - prédios	(3.451)	-	-	20	(3.431)
Perda - valor justo - prédios	(58.596)	-	-	16.560	(42.036)
<b>TOTAL</b>	<b>1.413.709</b>	<b>3.211</b>	<b>(6.200)</b>	<b>(75.903)</b>	<b>1.334.817</b>

### 19.2. Museu

Refere-se a bens destinados ao museu dos Correios, tais como: obras de arte, selos de colecionadores, aparelhos de código morse, teleimpresor, relógio de ponto cartográfico e veículos antigos todos avaliados pelo custo histórico.

## NOTA 20 IMOBILIZADO

Classificam-se no ativo imobilizado os bens tangíveis destinados à manutenção das atividades da empresa.

IMOBILIZADO	31/12/2021	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE-RÊNCIAS <sup>1</sup>	DEPRECIACÃO	30/06/2022
Terrenos	3.070.282	-	(36)	90.953	-	3.161.199
Impairment – terrenos	(760.792)	-	210	(32.940)	-	(793.522)
Prédios	1.351.735	4.454	274	4.493	(19.824)	1.341.132
Impairment - prédios	(63.296)	-	37	13.383	-	(49.876)
Obras em andamento	62.001	17.704	-	2.828	-	82.533
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	13.497	2.983	-	11	(3.931)	12.560
Arrendamento - imóveis	1.534.928	114.252	(48.255)	-	(114.646)	1.486.279
<b>Total - imóveis</b>	<b>5.208.355</b>	<b>139.393</b>	<b>(47.770)</b>	<b>78.728</b>	<b>(138.401)</b>	<b>5.240.305</b>
Móveis e utensílios	132.525	7.760	(1.332)	(193)	(9.879)	128.881
Máquinas e equipamentos	595.286	37.461	(3.348)	(16.214)	(42.871)	570.314
Veículos	588.041	26.917	(13.231)	4.014	(28.283)	577.458
Ferramentas e instrumentos	199	12	(4)	5	(23)	189
Equipamentos de processamento de dados	196.941	96.558	(465)	13.319	(21.091)	285.262

IMOBILIZADO	31/12/2021	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS <sup>1</sup>	DEPRECIACÃO	30/06/2022
Aquisição de bens móveis e equipamentos em andamento	51.637	-	-	-	-	51.637
Arrendamento - móveis	2.315	4.143	-	-	(1.692)	4.766
<b>Total - móveis</b>	<b>1.566.944</b>	<b>172.851</b>	<b>(18.380)</b>	<b>931</b>	<b>(103.839)</b>	<b>1.618.507</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.775.299</b>	<b>312.244</b>	<b>(66.150)</b>	<b>79.659</b>	<b>(242.240)</b>	<b>6.858.812</b>

<sup>1</sup> Estão somadas às transferências os valores relativos a bens sucateados.

## 20.1. Arrendamentos

### 20.1.1. Ativos e passivos

Corresponde ao reconhecimento do direito de uso das operações de arrendamento no ativo imobilizado descontado a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo em contrapartida ao passivo circulante e não circulante face a obrigação assumida no contrato. Além disso, para os contratos nos quais a empresa estiver razoavelmente certa de exercer essa opção de prorrogação ou rescisão, tais fatores passam a ser considerados na mensuração da obrigação.

ARRENDAMENTOS	31/12/2021	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	TRANSF.	DEPRECIACÃO	APROP. DE JUROS	PAGA- MENTOS	30/06/2022
Bens imóveis - arrendamento <sup>1</sup>	1.548.425	117.235	(48.255)	11	(118.577)	-	-	1.498.839
Bens móveis - arrendamento <sup>2</sup>	2.315	4.143	-	-	(1.692)	-	-	4.766
<b>Ativo</b>	<b>1.550.740</b>	<b>121.378</b>	<b>(48.255)</b>	<b>11</b>	<b>(120.269)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.503.605</b>
Arrendamento	1.680.723	118.395	(48.255)	-	-	80.520	(177.198)	1.654.185
<b>Passivo</b>	<b>1.680.723</b>	<b>118.395</b>	<b>(48.255)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80.520</b>	<b>(177.198)</b>	<b>1.654.185</b>

<sup>1</sup> foram somados aos bens imóveis as benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros apresentadas no quadro do imobilizado.

<sup>2</sup> referem-se, principalmente, a contratos de aluguel de empilhadeiras e equipamentos.

### 20.1.2. Arrendamentos - passivo

ARRENDAMENTOS	30/06/2022	31/12/2021
Circulante	331.239	323.440
Não circulante	1.322.946	1.357.283
<b>TOTAL</b>	<b>1.654.185</b>	<b>1.680.723</b>

## NOTA 21 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são representados por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação destes à estrutura organizacional da Empresa, até que estejam prontos para serem utilizados.

INTANGÍVEL	31/12/2021	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÃO	30/06/2022
Softwares, licenciamentos e similares	26.607	7.117	(9)	(7.032)	26.683
<b>TOTAL</b>	<b>26.607</b>	<b>7.117</b>	<b>(9)</b>	<b>(7.032)</b>	<b>26.683</b>

## NOTA 22 DIVIDENDOS A PAGAR

No encerramento do exercício 2021, os dividendos a serem pagos a União, na ordem de R\$ 250.705, foram constituídos no limite dos dividendos obrigatórios, conforme disposto no Estatuto Social da Empresa, na proporção de 25% do lucro líquido ajustado. Em 16 de maio de 2022 foi realizado o pagamento dos dividendos à União.

## NOTA 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 23.1. Capital Social

O capital social dos Correios é de R\$ 3.403.458, totalmente subscrito e integralizado, constituído integralmente pela União.



## 23.2. Reservas de lucro

### 23.2.1. Reserva legal

Em atendimento a legislação vigente, os Correios destinaram 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício de 2021, ajustado aos efeitos, da absorção dos prejuízos acumulados, da realização do custo atribuído dos imóveis e da adoção inicial de imóveis reclassificados no exercício do imobilizado para propriedades para investimento avaliadas a valor justo, resultando na constituição da reserva legal na ordem de R\$ 72.147.

### 23.2.2. Reserva de contingência

Trata-se de reserva constituída no valor de R\$ 367.980 para compensar o provável impacto de evento extraordinário proveniente do repasse a ser efetuado à Operadora do plano de saúde para a constituição do capital regulatório e das provisões técnicas exigidas por lei, considerando a aprovação pela Diretoria executiva dos Correios da proposta de alteração do Estatuto Social da Postal Saúde que visa modificar a condição da empresa de mantenedora para patrocinadora.

Em março de 2022, houve a reversão de R\$ 221.000 dessa reserva, face ao repasse inicial efetuado à Postal Saúde para dar andamento às formalidades junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em relação a alteração da condição jurídica dos Correios na Postal Saúde, no qual faz-se necessário a cobertura das garantias financeiras nessa nova modelagem.

### 23.2.3. Reserva estatutária

A reserva na ordem de R\$ 188.029 refere-se à constituição de 25% do saldo remanescente do lucro líquido após a distribuição dos dividendos obrigatórios com vistas a garantir a manutenção do capital de giro da empresa, estando sua constituição limitada a 25% do capital social da empresa.

### 23.2.4. Reserva de retenção de lucros

No encerramento do exercício de 2021, após a distribuição dos dividendos obrigatórios e constituição das demais reservas de lucro, com base no orçamento de capital aprovado pela Administração, o saldo remanescente do lucro líquido ajustado, na ordem de R\$ 564.085, foi destinado a constituição desta reserva para fazer frente aos projetos de investimento da empresa e garantir a qualidade na prestação dos serviços.

## 23.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	31/12/2021	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT	ADOÇÃO INICIAL DO VJ - PROP. INV.	30/06/2022
Custo atribuído	3.726.430	(17.789)	818	-	3.709.459
CSLL diferida	(335.379)	1.601	(74)	-	(333.852)
<b>TOTAL</b>	<b>3.391.051</b>	<b>(16.188)</b>	<b>744</b>	<b>-</b>	<b>3.375.607</b>

## 23.4. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, às variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como aos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2021	MOVIMENTAÇÃO	30/06/2022
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos diferidos	(6.131.322)	(857)	(6.132.179)
Ganhos/perdas atuariais	(6.695.880)	(857)	(6.696.737)
Postalis – PBD	(6.272.864)	-	(6.272.864)
PostalPrev	(423.016)	(857)	(423.873)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas atuariais	564.558	-	564.558
Postalis – PBD	564.558	-	564.558
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e tributos diferidos	(21.416)	23.224	1.808
Ganhos/perdas – outras aplicações	(23.533)	25.521	1.988
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em investimentos	2.117	(2.297)	(180)
C - Ganhos - propriedades para investimento	415.397	(520)	414.877



OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2021	MOVIMENTAÇÃO	30/06/2022
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	456.480	(571)	455.909
Tributos diferidos sobre ganhos	(41.083)	51	(41.032)
<b>TOTAL (A+B+C)</b>	<b>(5.737.341)</b>	<b>21.847</b>	<b>(5.715.494)</b>

## NOTA 24 PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis do 2º Trimestre de 2022, apresenta-se no quadro a seguir as entidades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde – Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	12.1.5
Postalis – Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	12.1.1, 12.1.2 e 17

### 24.1. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas dos Correios, destacadas nos desdobramentos seguintes, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em apreço.

### 24.2. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais dos Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado no quadro da **nota 12.1.5**.

Além, disso, em março/2022, os Correios efetuaram repasse de R\$ 221 milhões à Operadora a título de Contribuição Adicional para cobertura das garantias financeiras exigidas pela legislação fase ao processo de alteração da condição jurídica da Empresa de Mantenedora para Patrocinadora da Postal Saúde, sendo esta uma condição da Agência de Saúde Suplementar (ANS) para andamento nas formalidades da pretensa alteração.

### 24.3. Transações com o Postalis

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As **notas 12.1.1, 12.1.2 e 17** apresentam as transações ocorridas com o Postalis.

O quadro a seguir evidencia os saldos de ativos e passivos relacionados às transações com patrocinadas.

TRANSAÇÕES COM PATROCINADAS	30/06/2022	31/12/2021
<b>Postal Saúde</b>	<b>(144.272)</b>	<b>(132.513)</b>
Empregados liberados	114	166
Concessão de espaço	378	371
Obrigação - convênio CorreiosSa�de	(123.967)	(109.091)
Obrigação - saúde ocupacional	(18.691)	(18.366)
Obrigação - benefício de medicamentos	(2.106)	(5.593)
<b>Postalis</b>	<b>(84.033)</b>	<b>(156.566)</b>
Postalis (PostalPrev) – empregado	(16.533)	(42.249)
Postalis (BD) – empregado	(5.298)	(10.146)
Postalis (PostalPrev) - empregador	(15.971)	(41.311)
Postalis (BD) - empregador	(25.245)	(49.704)
Recebimento para o Postalis	(18.636)	(10.806)
Fornecedores <sup>1</sup>	(2.350)	(2.350)
<b>TOTAL</b>	<b>(228.305)</b>	<b>(289.079)</b>

<sup>1</sup> montante correspondente   a apropriação do aluguel devido ao Postalis.

#### 24.4. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
<b>2� Trimestre -2022</b>				
Salários e benefícios	1.047	81	40	81
Encargos sociais	282	11	5	11
Previdência complementar	54	-	-	-
<b>Remuneração total</b>	<b>1.383</b>	<b>92</b>	<b>45</b>	<b>92</b>
<b>Número de membros</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>2� Trimestre -2021</b>				
Salários e benefícios	996	94	40	63
Encargos sociais	275	12	4	9
Previd�ncia complementar	77	-	-	-
<b>Remuneração total</b>	<b>1.348</b>	<b>106</b>	<b>44</b>	<b>72</b>
<b>Número de membros</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

#### NOTA 25 OUTRAS INFORMAÇ ES

Remuneração mensal paga aos funcionários e   Administração dos Correios (em reais).

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES	30/06/2022	30/06/2021
Menor remuneração	1.655	1.488
Maior remuneração	55.365	52.619
Remuneração média <sup>1</sup>	4.986	4.267
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

<sup>1</sup>Empregados, assessores especiais e dirigentes

#### NOTA 26 EVENTOS SUBSEQUENTES

##### 26.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Postalis, PREVIC e Correios.

Em dezembro de 2021 foi aprovado pelos órgãos colegiados dos Correios o encaminhamento das propostas de plano de equacionamento e de alteração regulamentar do PBD ao Ministério das Comunicações - MCOM (órgão supervisor) para submissão à análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/ME.

Em julho de 2022 a SEST emitiu e encaminhou aos Correios Nota Técnica acerca do tema, que está em análise pelo Postalis.

**Floriano Peixoto Vieira Neto**  
Presidente

**Heglehyschynton Valério Marçal**  
Diretor Econômico-Financeiro,  
Tecnologia e Segurança da  
Informação

**Mércia da Silva Pedreira**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**José Eduardo Leal de Oliveira**  
Diretor de Governança e Estratégia

**Danilo Cezar Aguiar de Souza**  
Diretor de Administração

**Alex do Nascimento**  
Diretor de Negócios

**Carlos Henrique de Luca Ribeiro**  
Diretor de Operações

**Vanessa Sandri Barbosa**  
Contadora  
CRC/DF - 014297/O-0



